

Brasil e China, 50 anos

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Há no subsolo do Palácio do Itamaraty, em Brasília, um apartamento completo para ser utilizado pelo ministro de Estado quando necessário. Tem quarto, banheiro, sala espaçosa, pequena cozinha, onde o titular dos diplomatas brasileiros pode descansar ou receber alguém a salvo de qualquer indiscrição dos jornalistas. A entrada para esse apartamento é pela lateral do prédio, de maneira que a autoridade não seja percebida por bisbilhoteiros, nem mesmo pelos diplomatas que trabalham na casa.

Vale lembrar esse detalhe importante porque, no último dia 15 de agosto, Brasil e República Popular da China comemoraram os 50 anos do restabelecimento das relações diplomáticas. Em uma época difícil dentro e fora do país, o Brasil reconheceu a China comunista. A diplomacia brasileira, até então, estava no lado errado da história. Votava nos plenários internacionais ao lado de Portugal salazarista, da África do Sul do apartheid, de Taiwan e Israel, em demonstrações públicas de alinhamento à política externa dos Estados Unidos.

O ministro Azeredo da Silveira, das Relações Exteriores, o popular Silverinha, tinha maneira diferente de agir. Era engraçado, gostava de manter o bom humor, mas sabia o que queria. Ficaram famosos seus encontros com o poderoso Henry Kissinger, o homem forte da política externa dos Estados Unidos, a quem ele chamava de “my dear Henry”. Não raro contava piadas e batia na barriga do norte-americano. Foi assim que o Brasil mudou sua posição em relação às províncias ultramarinas de Portugal na África.

A mudança foi rápida. Soube dela na primeira semana do governo Geisel por meio de uma longa conversa com o poderoso Golbery do Couto e Silva, chefe da Casa Civil da Presidência da República, num sábado pela manhã. Ele avançou tudo que seria feito na política externa e na política interna, que viria a ser a distensão lenta e gradual. Era difícil acreditar porque a atmosfera política no país ainda era contaminada pelas ideias radicais de alguns generais do Exército — entre eles, Sylvio Frota, ministro da Guerra, cujo oficial de gabinete era o jovem Augusto Heleno.

As mudanças vieram de surpresa em surpresa. Primeiro, o Brasil mudou seu voto na ONU e passou a votar junto com os países árabes.



Abandonou a posição pró-Israel. Revogou o acordo militar com os Estados Unidos, por meio do qual o país recebia equipamentos velhos e obsoletos. Em seguida, reconheceu a independência de Angola e Moçambique. No caso de Angola, foi mais longe: abasteceu Luanda com gêneros alimentícios quando a cidade estava sitiada pelas forças da África do Sul, o melhor exército da África. Os cubanos entraram com 10 mil homens e equipamentos militares. Empurraram os sul-africanos para dentro de suas fronteiras. O Brasil dos generais foi aliado de cubanos comunistas.

Kissinger não gostou. Ele entendia que Angola era um assunto norte-americano, porque Washington patrocinava um grupo de guerrilheiros (Unita) que combatia os comunistas do MPLA, que acabaram vencendo e tomando o poder. As visitas do poderoso norte-americano a Brasília tratavam desse assunto e de outro problema surgido naquele governo: o programa nuclear do Brasil com a Alemanha. Mas esse é outro assunto.

É fácil entender a importância daquele apartamento escondido no prédio do Ministério das Relações Exteriores. Os chineses chegavam pela porta lateral, ficavam naquele local, protegidos de qualquer contato, e as duas equipes trocavam informações. No dia em que foi assinado

o termo de restabelecimento de relações entre Brasília e Pequim, os chineses tiveram que subir ao gabinete do chanceler e passar pela frente da sala de imprensa. O secretário de Imprensa do Itamaraty, então conselheiro Luís Felipe Lamprea, tratou de colocar um aparelho de televisão sintonizado em jogo da Seleção Brasileira. Os chineses passaram pelos jornalistas sem serem percebidos. Silverinha chamou todo mundo para anunciar a novidade. O governo do Brasil passaria a reconhecer a China Comunista e cortaria relações diplomáticas com Taiwan.

Foi um impacto formidável na política brasileira. O pessoal da direita passou a distribuir panfletos anônimos — não havia redes sociais — chamando Silveira de chanceler vermelho. E Geisel de presidente socialista. Os delírios da extrema-direita atual não são novos nem originais. Apesar de tudo isso, o primeiro embaixador do Brasil em Pequim, Aluizio Napoleão de Freitas, tomou posse e abriu o caminho para o espetacular relacionamento comercial entre os dois países. Em 2023, o comércio bilateral atingiu US\$ 157 bilhões. Resultado extraordinário.

Estava em Washington quando recebi do embaixador Azeredo da Silveira correspondência na qual ele me convidava para escrever as memórias dele. Infelizmente, não houve tempo. Ele faleceu antes. Foi um grande chanceler.

País precisa proibir o mercúrio

» LARISSA RODRIGUES
Diretora de Pesquisa do Instituto Escolhas

» RAFAEL GIOVANELLI
Gerente de Pesquisa do Instituto Escolhas

O mercúrio é um metal extremamente tóxico e prejudicial à saúde. Os casos de contaminação humana — há muito comprovados aqui no Brasil — são alarmantes e afetam os pulmões, causam cegueira, perda de movimentos, dificuldade de aprendizado, entre outras mazelas. Apesar disso e dos esforços internacionais para eliminar o uso do metal líquido, como a Convenção de Minamata — em vigor aqui no país desde 2017 —, ele continua sendo utilizado, principalmente para extrair ouro. O setor é globalmente o maior responsável pelo mercúrio lançado à atmosfera, com 38% do total.

Além de ser tóxico, o mercúrio movimentado em grande mercado ilegal. Um estudo do Instituto Escolhas mostrou que 185 toneladas de mercúrio de origem desconhecida podem ter sido utilizadas no Brasil para a extração de ouro entre 2018 e 2022. Segundo as estimativas, para produzir ouro nesse período, o país pode ter utilizado um total de 254 toneladas de mercúrio, mas importou oficialmente apenas 68,7 toneladas. Por isso, 185 toneladas podem ter origem ilegal, já que o país não produz mercúrio, apenas importa. Ao que tudo indica, o mercúrio ilegal pode ter vindo, pelo menos em parte, de países vizinhos, como a Bolívia e a Guiana.

Chama a atenção o fato de que, nas últimas décadas, a produção de ouro tenha aumentado, enquanto, curiosamente, as importações oficiais de

mercúrio tenham despencado. Entre 2002 e 2022, as áreas dedicadas aos garimpos de ouro triplicaram de tamanho. De acordo com os dados do Mapbiomas, elas saltaram de 68 mil hectares para 224 mil hectares. As exportações brasileiras de ouro também seguiram a mesma tendência, saíram de 35 toneladas para 96 toneladas por ano — sendo que a participação dos garimpos que usam mercúrio nesse montante também aumentou. Mas as importações de mercúrio registradas pelo Brasil caíram 78%, saindo de 67 para 15 toneladas por ano. Como o mercúrio continua sendo utilizado, a conta não fecha e aponta para uma ampliação do comércio ilegal.

O que o país precisa para lidar com esse problema e, principalmente, com as contaminações, é proibir de vez o uso de mercúrio. A Colômbia, por exemplo, proíbe o mercúrio no setor mineral desde 2018. Aqui no Brasil, é exatamente isso que propõe o Projeto de Lei nº 2.417, apresentado pelo deputado Nilto Tatto (PT/SP) ao Congresso Nacional em junho deste ano. O projeto quer proibir, em até dois anos, o uso de mercúrio para o aproveitamento de minérios, como o ouro. Isso, sem dúvidas, transformará a triste e perigosa realidade que temos hoje de pessoas contaminadas, principalmente na Amazônia, resolvendo um grande problema de saúde pública.

Vale lembrar que, aqui mesmo no Brasil, o mercúrio já está proibido em vários produtos, como

termômetros, cosméticos e lâmpadas. Agora, é necessário fazer o mesmo para a indústria mineral, que é a que mais utiliza esse metal. E isso é perfeitamente possível. No Brasil, existem garimpos de ouro que não usam mercúrio, limpando o material concentrado por gravidade apenas, ajustando seus equipamentos para aumentar a eficiência de recuperação de ouro. Essas operações são um exemplo concreto de que é possível produzir ouro sem usar mercúrio e devem se tornar a regra, e não mais serem a exceção.

Já faz mais de 10 anos que a Convenção de Minamata foi assinada e outros sete que ela foi ratificada, tempo suficiente de adaptação para uma nova realidade sem o uso desse metal tão tóxico. Mas isso ainda não aconteceu. O país ainda sequer entregou seu plano de ação para lidar com o mercúrio em garimpos, algo previsto pela Convenção.

Independentemente do que será apresentado no plano, previsto somente para 2025, o que o Brasil realmente precisa é adotar uma diretriz clara para eliminar o mercúrio, como colocado no Projeto de Lei nº 2.417/2024. Ao colocar um prazo para o fim do mercúrio, os garimpos e o mercado se adaptarão mais rapidamente. Sem essa diretriz, os esforços de controle e fiscalização do uso do metal não serão suficientes para conter as contaminações e o comércio ilegal, como já está mais do que evidente.

Izabel Guimarães: um grito por justiça, um chamado para a ação

» DAYSE AMARILIO
Enfermeira obstetra, especialista em saúde e deputada distrital (PSB/DF)

Num sábado à tarde, uma criança de apenas 10 anos de idade tem sua vida marcada para sempre por um estampido. O pai atira na mãe à queima roupa na frente daquela menina indefesa. A cena congela. A mãozinha vai se abrindo, e a boneca cai no chão em câmera lenta. Como num passe de mágica, aquela criança fica órfã. Perde sua mãe, vitimada por arma de fogo, e seu pai, que agora passa a ser um assassino e será encarcerado.

A cena descrita acima foi presenciada pela filha de Izabel Guimarães, morta em fevereiro de 2023 pelo ex-companheiro. Izabel será homenageada durante a 1ª Semana de Prevenção ao Feminicídio — Izabel Guimarães: um grito por justiça, um chamado para a ação. A iniciativa pioneira ocorrerá na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), entre os dias 19 e 23 de agosto, como parte das ações do Agosto Lilás, e foi instituída pela Resolução nº 340/2024, de minha autoria.

O evento é fruto do trabalho que marca minha gestão como procuradora especial da Mulher na Casa. Em fevereiro de 2024, assumi a Procuradoria Especial da Mulher (PEM) com o propósito de trabalhar pela proteção e fortalecer o compromisso do Legislativo com a defesa dos direitos das mulheres e a prevenção da violência de gênero.

Atuo para que tenhamos um mundo no qual as mulheres sejam respeitadas e possam viver livres do medo e da opressão. Muito desse compromisso é motivado por minha experiência pessoal. Presenciei a violência doméstica em casa, e vi minha mãe sofrer vários tipos de violência com um companheiro. Por tabela, eu e meus irmãos sofremos também. Minha mãe acabou se agarrando ao álcool para suportar a dura realidade que se abatia sobre ela, o que acaba acontecendo com tantas mulheres. Por isso, minha primeira lei criou a política distrital de amparo e cuidado à mulher em uso abusivo de álcool.

Chegar ao parlamento me abriu algumas possibilidades. Nesses quase dois anos de legislatura, foi possível abrir um canal de denúncia na comissão que presido, a Comissão de Assuntos Sociais; realizar debates para discutir a temática com especialistas, gestores, mulheres vítimas de violência doméstica, familiares de vítimas de feminicídio, vítimas de violência on-line e cyberbullying; concretizar parcerias com entidades como a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN-DF), o que nos possibilita promover a saúde reprodutiva das mulheres com a inserção de DIUs, entre outras ações.

Apoiar iniciativas que exaltem boas práticas ligadas a uma educação não sexista e antimachista é essencial, pois a educação é um instrumento de transformação social e possibilita rever o olhar da sociedade sobre determinados temas, como questões de gênero e sua relação com a prática da violência contra mulheres. Por isso, decidi lançar o edital *O antimachismo como cura do feminicídio*, que contemplará 20 projetos de prevenção à violência contra meninas e mulheres desenvolvidos em escolas públicas do DF.

É incentivando projetos que deem aos nossos jovens a possibilidade de rever estereótipos que, infelizmente, ainda contribuem para que existam mortes de mulheres por feminicídio, que reforçamos a importância da escola como um ambiente de prevenção à violência.

Sob o prisma da conscientização, tivemos uma grande vitória: a sanção da Lei 7.539/24, de minha autoria, que estabelece a instalação de pelo menos um banco na cor vermelha em espaços públicos de grande circulação em todo o DF. O objetivo da iniciativa é conscientizar, prevenir e sensibilizar sobre a violência sofrida pelas mulheres. O projeto Banco Vermelho foi realizado em parceria com a L'Associazione Stati Generali delle Donne HUB, da Itália, e será um espaço para que possamos rever a forma de encarar a violência contra as mulheres.

Conseguimos também um novo espaço para a PEM na CLDF. Um ambiente acolhedor com sala de atendimento individualizada destinada a receber mulheres em busca de apoio e orientação. Cito outras duas grandes conquistas: a implementação de um Núcleo Específico de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres na Casa, uma parceria entre PEM, Defensoria Pública e CLDF, e a Resolução nº 349/2024, que determina que servidores da Casa deverão participar, de forma obrigatória, de cursos sobre a temática da violência contra a mulher. É preciso sensibilizar e conscientizar os servidores sobre a temática.

O grande sonho é que os serviços se comuniquem e que a mulher seja assistida pelos equipamentos públicos de maneira uniformizada e humanizada. Estou deputada, mas trabalho para que esses serviços, implementados especialmente durante minha gestão na PEM, possam ter continuidade e beneficiar as mulheres do DF.

Para coroar esse trabalho, convidei para prestigiar e contribuir com a 1ª Semana de Prevenção ao Feminicídio da CLDF de 19 a 23 de agosto. Apenas juntos conseguiremos transformar essa triste e cruel realidade que assola tantas mulheres, crianças e famílias vítimas da violência, do feminicídio, da misoginia e da intolerância. Casos como o de Izabel não podem voltar a se repetir. Conto com você!